



Índice

- 01 Governo é denunciado na ONU por violação dos direitos indígenas e uso da Suspensão de Segurança
- 02 Indígenas do sul da Bahia pedem audiência com ministro da Justiça
- 03 Sedes de empresa envolvida em morte de indígenas em MS são fechadas
- 04 Lideranças Kayabi se reúnem com ministro do STF
- 05 PF vai indiciar por seis crimes responsáveis por retorno à Marawaitséde; prisões são avaliadas
- 06 Índio é assassinado e filho baleado em aldeia no sul da Bahia
- 07 Mineração deixa destruição em Terra Indígena Piaçaguera
- 08 Ji-Paraná recebe lancha social para atender ribeirinhos
- 09 Incêndio criminoso destrói terras de quilombola que denunciou Aracruz
- 10 Moradores do distrito de Nova Dimensão recebem apoio de indígenas durante protesto
- 11 Filho do indígena morto tem alta e se muda de aldeia com a mãe, diz líder
- 12 Indigenóides do sul da Bahia vem a Brasília, com diárias pagas pela Funai, pressionar o Ministro da Justiça a demarcar áreas no estado
- 13 Chuvas interrompem expulsão de agricultores pela Funai no Maranhão



- 14** Rio dos Macacos: MPF assegura prazo para Comunidade avaliar nova proposta do Governo Federal
- 15** A abertura da BR-421, em Rondônia, ameaça povos isolados
- 16** Barbárie no sul da Bahia: Jagunços incendeiam 28 casas e espancam indígenas
- 17** Presidente da Funai visita índios Tenharim que exigem renda para suspender pedágio ilegal
- 18** Rio Tocantins está 6,4 metros acima do nível normal em Imperatriz-MA
- 19** Obras de transposição do rio São Francisco serão concluídas em 2015, prevê ministro
- 20** Ministro da Integração debate transposição do Rio São Francisco
- 21** Rio Acre atinge 18 bairros de Rio Branco e desabriga mais de 4 mil pessoas
- 22** Famílias começam a deixar suas casas devido à cheia do Rio
- 23** Exploração ilegal de madeira aumenta 53% em Mato Grosso
- 24** 28 desapropriações foram concluídas em terras indígenas Awá-Guajá
- 25** Deputado José Bonifácio Manifesta Seu Apoio Ao Mpo na Luta Pelo Asfaltamento da To 126
- 26** Chefe da saúde indígena cobra empenho de outros órgãos contra desnutrição
- 27** Capoani: Congresso deve ter palavra final sobre demarcação de áreas indígenas
- 28** Tetila pede trator e sementes para comunidade indígena
- 29** Calamidades indígenas



Boletim de Notícias - Edição nº 45./ 2014

Brasília, 12 de março de 2014.

30 [Kátia Abreu cobra igualdade de tratamento a brasileiros índios e não índios](#)



Governo é denunciado na ONU por violação dos direitos indígenas e uso da Suspensão de Segurança

SÍTIO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 11.03.2014

Nesta segunda, 10, entidades e lideranças sociais denunciaram o governo brasileiro na 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas por violações de direitos indígenas no processo de construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. As denúncias foram apresentadas pela coordenadora da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Sonia Guajajara, e pelo advogado da organização internacional AIDA, Alexandre Sampaio, no evento "O direito das populações indígenas à consulta sobre grandes projetos hidrelétricos no Brasil", organizado pela coalizão de ONGs internacionais France Libertés.

De acordo com a coordenadora da APIB, a violação do direito dos povos indígenas à consulta e o consentimento livre, prévio e informado, previstos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e não aplicada pelo Brasil, tem criado um perigoso precedente de ilegalidades no tocante à observância dos tratados internacionais, e está pondo em risco a sobrevivência da população indígena. "A aliança de interesses econômicos e políticos aprofunda uma crise sem precedentes na aplicação da legislação que protege nossos direitos. É inadmissível que o governo viole direitos indígenas garantidos tanto pela Constituição brasileira como por convenções internacionais", afirmou Sonia Guajajara.

Já Alexandre Sampaio denunciou a utilização indiscriminada no país, por pressão da Advocacia Geral da União (AGU) e do Ministério de Minas e Energia (MME), do mecanismo da Suspensão de Segurança no caso de ações na justiça contra violações das legislações ambiental e indígena referentes a projetos hidrelétricos. Além de derrubar ações que visam proteger as populações afetadas, sem julgamento de mérito e com argumentos infundados sobre supostas ameaças à 'ordem social e econômica', as Suspensões de Segurança também reforçam a não observância da Convenção 169 da OIT, afirmou Sampaio. "A Suspensão de Segurança tem que ser abolida no Brasil. O problema é que os que a utilizam são os mesmos que se beneficiam com ela. Por isso é importante que a comunidade internacional fique ciente dessas manobras e cobre do governo brasileiro medidas efetivas de garantia dos direitos humanos", explica o advogado.

Antes da realização do evento sobre direitos indígenas no Brasil, vários defensores dos direitos humanos se reuniram com a embaixadora da Missão Permanente do Brasil na ONU, Regina Dunlop. Diante da afirmação da embaixadora de que seria mais eficaz se as denúncias apresentadas fossem discutidas com o governo brasileiro em Brasília, Sonia Guajajara e Alexandre Sampaio afirmaram que as críticas aos grandes projetos são sistematicamente ignoradas internamente até que sejam expostas em fóruns internacionais, como os das Nações Unidas. "A reputação do Brasil está em jogo. Estamos aqui para dar visibilidade ao preconceito e à discriminação inaceitáveis sofridos pelos povos indígenas, e para por um fim a isso", afirmou a coordenadora da APIB.

Documentos

CONT.



Além da realização do evento sobre direitos indígenas e barragens, uma coalizão de organizações internacionais com status consultivo na ONU (France Libertés/Fondation Danielle Mitterrand, The Women's International League for Peace and Freedom, The Indian Council of South America (CISA), International Educational Development, Inc., Mouvement contre le racisme et pour l'amitié entre les peuples, Survival International Ltd,) e organizações brasileiras entregaram à Assembleia Geral das Nações Unidas dois documentos que destacam as ameaças dos planos do governo brasileiro de construir até 29 grandes barragens na bacia do Tapajós (incluindo os afluentes Teles Pires, Juruena e Jamanxim). As hidrelétricas previstas provocariam, em vários casos, a inundação de territórios indígenas e de comunidades ribeirinha. Além disso, causaria outros danos irreparáveis a montante e a jusante das hidrelétricas, como a eliminação de espécies valiosas da ictiofauna (população de peixes) que constituem a base da economia e da sobrevivência da população local.

Da mesma forma que em Belo Monte, o governo não tem realizado processos de consulta livre, prévia e informada junto a povos indígenas e outras populações tradicionais atingidos por grandes barragens na bacia do Tapajós, inclusive nos casos de usinas como Teles Pires e São Manoel, já receberam licenças ambientais. Isso tem provocado crescentes conflitos com comunidades locais, como os povos indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaka, que têm protestado contra a violação de seus direitos.



Indígenas do sul da Bahia pedem audiência com ministro da Justiça

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2014

Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil

Quarenta caciques do sul da Bahia fizeram na manhã desta terça-feira (11) um ato em frente ao Ministério da Justiça para conseguir audiência com o ministro José Eduardo Cardozo. A região é marcada por conflitos entre fazendeiros e índios em disputa por uma área de 47,3 mil hectares.

“Nosso objetivo é falar com o ministro para acelerar os processos fundiários da região, onde há muitos conflitos entre índios e produtores rurais, que têm gerado mortes. Precisamos que o governo tome uma solução antes que mais sangue derrame lá por causa da situação crítica”, disse o cacique Aruã Pataxó.

A área de 47.376 hectares (1 hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, equivalente a um campo de futebol oficial) foi delimitada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2009. Desde a delimitação, os tupinambás cobram que o Ministério da Justiça emita a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena.

Segundo o cacique, as lideranças indígenas permanecerão no local até conseguir audiência com o ministro. “Pedimos audiência há 30 dias com o ministro, mas até agora não teve solução. Vamos ficar aqui até que o ministro nos receba”, disse. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a audiência foi agendada para às 18h30 de hoje, mas a assessoria do ministério não confirmou a reunião até o fechamento desta matéria.

Homens da Força Nacional de Segurança Pública foram enviados para o sul da Bahia em agosto de 2013, com o objetivo de garantir a segurança e prevenir o agravamento dos conflitos entre índios e produtores rurais. Os militares permanecem na área até o momento.

“Hoje temos um litígio no Sul da Bahia. Ainda não tem portaria homologatória [da terra indígena]. Só temos um laudo, devolvido há pouco pelo ministro da Justiça à Funai, para que sejam esclarecidos alguns pontos. Devido a esses problemas, a Força Nacional está em apoio às Forças Armadas [na região]”, disse a secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki.

Edição: Beto Coura.

Sedes de empresa envolvida em morte de indígenas em MS são fechadas
SÍTIO PR/MS, 11.03.2014

Armas e munições também foram recolhidas. Todos os serviços de segurança oferecidos pela Gaspem são considerados ilegais.



Cartaz em terra indígena: Gaspem é acusada de envolvimento em ataques a comunidades

A Polícia Federal cumpriu ontem (10) decisão judicial liminar que determinava o fechamento das sedes da empresa Gaspem em Mato Grosso do Sul. A decisão atendeu ação proposta pelo Ministério Público Federal (MPF/MS) que pediu a dissolução da empresa, por envolvimento direto na morte de duas lideranças e ferimentos em dezenas de indígenas. Foram lacradas as sedes em Dourados e Nova Andradina, um posto da empresa em Ponta Porã, e recolhidos armamentos, munições letais e não letais e vários equipamentos.

A ordem judicial para interrupção das atividades da Gaspem é de 15 de janeiro. Ela só foi cumprida agora porque a PF solicitou mais informações sobre a abrangência da decisão. A Justiça respondeu, usando o parecer do Ministério Público Federal (MPF) como base: "Em decorrência desta decisão judicial, todas as atividades ligadas à segurança privada porventura exercidas pela ré serão consideradas ilícitas".

A Gaspem oferecia serviços de segurança em propriedades com conflito fundiário e é acusada de executar ataques contra comunidades indígenas, que resultaram em dezenas de feridos e na morte de duas lideranças. Ela funcionava irregularmente desde 14 de novembro de 2012, data em que venceu autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal.

CONT.



Para o MPF, o fechamento se justifica pois “há perigo de novas agressões e ilícitos executados pela Gaspem, mormente o elevado número de propriedades em litígio (consideradas terras tradicionais pelos indígenas) para a vigilância das quais a demandada está contratada”.

De acordo com depoimentos, a empresa chegava a receber R\$ 30 mil para cada desocupação violenta e os seguranças da Gaspem eram contratados para intimidar e aterrorizar as comunidades - atuações que desviam a finalidade da empresa, constituída para “prestar segurança privada em imóveis urbanos, rurais e eventos”.

Para o Ministério Público Federal, a Gaspem é “um grupo organizado o qual dissemina violência contra os guarani-kaiowá do cone sul de Mato Grosso do Sul, através de pessoas brutais nominadas 'vigilantes', na maioria das vezes sem qualificação para o exercício da atividade, portando armamento pesado e munições, a fim de praticarem atos contrários ao ordenamento jurídico e à segurança pública”.

Milícia privada

Em Mato Grosso do Sul, desde 2005 há registros de casos de violência rural com envolvimento da Gaspem. Há relatos de ameaças feita por funcionários da empresa à comunidade guarani-kaiowá Apyka'i (Curral do Arame) - cujos barracos foram destruídos em incêndio ocorrido em agosto de 2013 na BR 463.

Em 2009, a mesma comunidade teve seus barracos criminosamente queimados. A participação da Gaspem no episódio está sendo investigada, além do possível envolvimento da empresa nos ataques às comunidades Lagoa Rica, Laranjeira Ñanderu, Ñaderu Morangatu, Sombreiro, Pyelito Kuê e Guaiviry – todas próximas a áreas reivindicadas como tradicionalmente indígenas.

Funcionários da empresa também são acusados da morte dos índios Dorvalino Rocha e Nízio Gomes, em processos que tramitam na Justiça Federal de Ponta Porã. Aurelino Arce, dono da Gaspem, continua preso na Penitenciária Militar de Campo Grande, por envolvimento na morte de Nízio.

Para o Ministério Público Federal, “qualquer desocupação de propriedade somente deve ser feita mediante mandado judicial da autoridade competente em processo próprio. Os atos de defesa privada são excepcionais e devem ser exercidos com presteza, proporcionalidade e moderação, sob pena de o possuidor transformar a sua conduta em delito”.

Além do desvio de finalidade, as investigações do MPF encontraram outras irregularidades na Gaspem, como contratação de vigilantes terceirizados sem curso de formação, porte ilegal de armas, falta de treinamento para manuseio de armamento não-letal e até mesmo fraudes administrativas.

Referências Processuais:
Justiça Federal de Dourados/MS

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 45./ 2014

Brasília, 12 de março de 2014.

Ação Civil Pública para dissolução da GASPEM: 0000977-52.2013.403.6002

Ação Civil Pública - Responsabilização proprietário GASPEM:
0003103-75.2013.4.03.6002

Justiça Federal de Ponta Porã/MS

Ação Penal (Dorvalino Rocha): 0000152-46.2006.4.03.6005

Ação Penal (Nízio Gomes): 0001927-86.2012.4.03.6005

Assessoria de Comunicação Social

Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

(67) 3312-7265 / 9297-1903

(67) 3312-7283 / 9142-3976

www.prms.mpf.gov.br

ascom@prms.mpf.gov.br

[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



Lideranças Kayabi se reúnem com ministro do STF
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2014

Por Beth Begonha

Em entrevista ao Amazônia Brasileira, Taravi Kayabi, um dos líderes da etnia, relata a decepção vivida pelo seu povo que, após tantos anos de espera, viu sua terra homologada, porém por pouco tempo. O governo do Mato Grosso entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a demarcação, e a petição de suspensão foi acolhida pelo ministro Luiz Fux.

Desta forma, a homologação está suspensa até que a ação seja julgada pelo plenário da Casa, o que não tem data para acontecer. Hoje (11), no final da tarde, Taravi e outras lideranças do povo Kayabi têm audiência marcada com o ministro para pedir brevidade no julgamento da ação. Além disso, os Kayabi, junto com os Munduruku e os Apiaká, estão preocupados com o resultado da construção das hidrelétricas de Teles Pires e São Manuel, que, segundo eles, atingem diretamente sua forma tradicional de vida. Eles alegam que neste caso, assim como ocorreu com outras hidrelétricas, os índios não foram consultados, conforme prevê a Convenção 169, da qual o Brasil é signatário. Confira a entrevista na íntegra!

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira, a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha. Você também pode ouvir aqui no Site das Rádios EBC.



PF vai indiciar por seis crimes responsáveis por retorno à Marawaitséde; prisões são avaliadas

SÍTIO OLHAR DIRETO, 11.03.2014

A Polícia Federal de Mato Grosso deverá indiciar por cinco crimes os responsáveis pelo fomento ao retorno de famílias à Terra Indígena Marawaitséde (em Alto Boa Vista, 1.060 km de Cuiabá). O delegado federal de Barra do Garças, Marcelo Xavier, informou que prisões não são descartadas e que já existe uma operação em andamento na área para remoção das famílias que retornaram à área.

Justiça impede colheita de soja contaminada na Terra Indígena Maraiwatséde
Movimentação de retorno dos posseiros à Terra Marãiwatsédé perde força e Posto da Mata fica vazio

O delegado explicou que mediante a identificação dos responsáveis eles serão indiciados pelos crimes de incêndio (artigo 250 do Código Penal) já que o posto da Funai instalado na área foi destruído pelo fogo pouco antes do retorno das famílias, incitação à prática de crimes (artigo 286), formação de quadrilha (artigo 288) e crime de desobediência (artigo 330) , além de invasão a terra pública (artigo 20 da Lei 4947/66) e ainda por crime ambiental (artigo 50 A, da Lei 9.605/98) .

Na última semana do mês de janeiro, um ano após a desocupação da Terra Indígena Marawaitséde, pelo menos 300 pessoas retornaram a região conhecida como 'Posto da Mata' cobrando políticas públicas para o assentamento das famílias. O principal argumento é quanto ao moroso processo de assistência aos trabalhadores retirados da área.
"Estão fomentando, induzindo as pessoas. A Polícia Federal defende a legalidade. A permanência das famílias não está autorizada."

Até o momento, informa o delegado, as investigações já apontaram quanto a entrada no local de pessoas que jamais residiram ou tiveram qualquer tipo de vínculo com a região. "Não existe nenhuma medida que permita o retorno das famílias. A decisão judicial que determinou a saída têm de ser cumprida. Não se pode desconsiderar uma medida e atuar pelas próprias mãos", frisou. Questionado sobre a quantidade de famílias que retornaram para área, o delegado preferiu não revelar a quantidade, mas garantiu que as investigações continuam.

Em recente entrevista ao Olhar Direto, pouco depois do retorno das famílias para a região, o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Área Suiá-Missú (Aprosum), Sebastião Prado, explicou que "sem uma solução, as famílias retornaram para suas áreas. É um povo ordeiro, são produtores, pessoas de bem vocacionados ao trabalho. Não sou a favor da invasão. Essa decisão é uma necessidade. Não há política para assentamento dessas famílias O projeto Casulo é uma utopia". O projeto Casulo Vida Nova, do Governo Federal, atende a famílias selecionadas como o Programa Minha Casa Minha Vida Rural.

CONT.



Entenda o caso

A ação de desocupação dos não índios da TI Marãiwatsédé teve início em agosto de 2012, atendendo decisão do Juízo da Primeira Vara de Cuiabá/MT que determinou o prosseguimento da execução da sentença para efetuar a retirada dos não índios e garantir o usufruto exclusivo e a posse plena do povo Xavante sobre a Terra Indígena Marãiwatsédé, conforme determina o Artigo 231 da Constituição Federal. A terra indígena tem 165.241 hectares e está localizada entre os municípios mato-grossenses de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Terra Indígena Marãiwatsédé foi reconhecida como terra tradicional indígena, homologada por decreto presidencial em 1998, o que, pelos termos do Art. 231 da Constituição, tornam nulos todos os títulos nela incidentes, não gerando direito a indenizações.



Índio é assassinado e filho baleado em aldeia no sul da Bahia

SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 11.03.2014

Agnaldo Oliveira Brás, 35 anos, estava jantando com o filho no momento do crime

Da Redação

Um índio da tribo pataxó foi morto a tiros na aldeia Imbiriba, em Porto Seguro, no sul da Bahia, na noite de segunda-feira (10). Agnaldo Oliveira Brás, 31 anos, havia acabado de jantar jantando na sala de casa com os dois filhos, duas filhas e sua esposa, quando foi surpreendido por um homem armado, por volta de 20h40.

Atingido na cabeça, Agnaldo morreu na hora. Um dos seus filhos, de 12 anos dele também foi atingido de raspão por dois tiros na perna direita e foi encaminhado para o Hospital Luís Eduardo Magalhães. Segundo informações da delegada de Arraial D'Ajuda, Valéria Fonseca Chaves, as duas filhas do índio estavam em outro cômodo e não ficaram feridas. O garoto ferido pelos disparos está fora de perigo.

A polícia suspeita que o crime esteja relacionado com o fato de que Agnaldo era odiado por algumas pessoas que moravam na região da aldeia Imbiriba. "Ele era servidor público, trabalhava como sub-administrador da aldeia. Recentemente muitas pessoas na região de Imbiriba estavam sendo presas por tráfico de drogas e porte de armas. Tinha gente que achava que era Agnaldo que fazia essas denúncias, mas ele não tinha relação com isso". afirma a delegada Valéria.

Segundo o cacique Zeca Pataxó, coordenador do Movimento Indígena da Bahia (Miba), ele ainda não consegue entender porque o homicídio teria acontecido. "Ele era uma pessoa muito tranquila e estava trabalhando para a Prefeitura como administrador da aldeia. A gente não consegue entender porque isso aconteceu. A polícia está trabalhando em cima disso. Estamos cobrando das autoridades mais agilidade possível", diz o coordenador.

Segundo a delegada Valéria Fonseca Chaves, dois homens estavam envolvidos no crime. Um deles invadiu a casa para realizar os disparos, enquanto o outro esperou com uma moto do lado de fora da residência. Os dois estavam com os rostos cobertos com camisas, o que dificultou a sua identificação.

A Polícia Militar ainda realizou rondas na aldeia após o crime, mas nenhum suspeito foi localizado. A família aguarda liberação do corpo do índio pelo Departamento de Polícia Técnica de Porto Seguro. O sepultamento está marcado para as 17h desta terça-feira (11), na aldeia Imbiriba.



Mineração deixa destruição em Terra Indígena Piaçaguera

SÍTIO COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 18.11.2013

Índios de Piaçaguera sofrem com a falta de diálogo entre os órgãos responsáveis pela recuperação da área

Bianca Pyl – Comissão Pró-Índio de São Paulo

Peruíbe (SP) - A Terra Indígena Piaçaguera, localizada em Peruíbe, litoral Sul de São Paulo, foi alvo de exploração mineral por um longo período desde os anos 1950 até 2007. Os impactos dessa atividade para a vida e a cultura dos Tupi-Guarani são sentidos até hoje pela comunidade, que sofre também com a falta de informação e diálogo entre os órgãos responsáveis pela fiscalização e recuperação da área. Os índios souberam este ano, por intermédio da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) apresentado pela Mineradora Vale do Ribeira Indústria e Comércio de Mineração S/A foi aprovado pelo Ibama em 2008 e já se encontra em execução. Tampouco à Funai estava ciente do fato.

Segundo o próprio Ibama, a última vistoria técnica para verificar o PRAD foi realizada em julho de 2013. Os caciques das aldeias enviaram carta à Funai solicitando a paralisação de qualquer trabalho de recuperação até que o plano seja apresentado à comunidade e a revisão do conteúdo seja realizada com a participação das lideranças indígenas, adequando-se ao seu modo de vida e aos seus anseios para o futuro da área. Na carta os índios solicitam ainda que o órgão "intervenha com urgência para impedir que sejam realizadas atividades que venham dificultar ainda mais a vida dos indígenas de Piaçaguera".

A Pró-Índio vem trabalhando com os índios para documentar os impactos e demandar providências dos órgãos governamentais. "É fundamental que os órgãos federais e estaduais que autorizaram a mineração na terra indígena assumam a responsabilidade pela recuperação da área por meio de um plano a ser definido juntamente com os índios", afirma a Lúcia Andrade, coordenadora da Pró-Índio.

"Os órgãos não conheciam ou não estavam dando devida atenção ao fato. A Pró-Índio fez um trabalho de buscar as informações relevantes para tratar a questão, sistematizando-as e repassando a esses órgãos para que a recuperação saia de acordo com o desejado pelos índios", explica Otávio Penteado, assessor de programas da Pró-Índio.

Em dois encontros com a participação da Pró-Índio, o proprietário da mineração, João Lino Abel, negou qualquer possibilidade de revisão do PRAD para garantir a participação dos indígenas. O minerador, inclusive, está tentando impedir os moradores das aldeias de utilizar a porção de seu território que se encontra dentro da área em recuperação. Para os índios está claro a diferença entre as expectativas das comunidades indígenas e a do minerador.

CONT.



O procurador da República, Antônio José Donizetti Molina Daloia – que moveu uma ação contra a mineradora em 2007 – informou que o MPF enviou ofício à Funai no último dia 20 de fevereiro, solicitando que seja realizada uma reunião entre índios, Ibama, mineradora e Funai, além de técnicos do próprio MPF, para buscar uma solução em relação ao PRAD, após a solicitação dos índios e da Pró-Índio. “Dependendo do resultado desta reunião, vamos analisar as próximas providências a serem tomadas”, disse Molina, em entrevista à Pró-Índio. O Ibama e a Funai foram procurados, mas não retornaram até o fechamento desta reportagem.

Impactos

Veja imagens áreas do desmatamento causado pela mineração (<http://www.flickr.com/photos/99829004@N05/sets/72157642102197644/>).

Realização: Comissão Pró-Índio de São Paulo

Fotos: Carlos Penteado

“Agora não dá mais pra plantar. Agora aqui enfraqueceu a terra”

Alice, da aldeia Piaçaguera relembra o início dos trabalhos da mineradora: “quando chegaram as máquinas, os índios tinham medo. Nunca tinham visto uma coisa dessas. Desapropriaram a igreja, as casas e a escola. Agora no estrago que ficou, era tudo mato. Tinha muito pé de fruta que as máquinas da mineradora derrubou tudo, pra mandar tudo embora. Os rios eram uma beleza, tinha muito peixe e agora não pegamos nada”.

A anciã sente falta da variedade de opções de alimentos que havia nas aldeias. “Antigamente plantava muita mandioca, tinha muita casa de farinha. Eu mesmo cansei de fazer farinha. Então agora não dá mais pra plantar. Agora aqui enfraqueceu a terra. Agora passaram muita máquina e estragou muito a terra”, lamenta.

Segundo a professora e liderança indígena Ita Mirim da Aldeia Tabagu antes da mineração “a mata era diferente, tinha uma riqueza muito grande de caça e frutos e de plantas medicinais. Então ficamos com poucos recursos nessa parte alimentar e cultural da caça”.

Atualmente, 10,5% da TI Piaçaguera encontra-se desmatada. Além disso, as lagoas criadas pela mineradora para suas operações atraem turistas que, sem permissão (foto), entram na área indígena para nadar no local.

Saiba Mais

Baixe a publicação Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças – lançado pela Pró-Índio em 2013 ([http://www.cpis.org.br/indios/upload/editor/files/TIsNaMataAtlantica\(1\).pdf](http://www.cpis.org.br/indios/upload/editor/files/TIsNaMataAtlantica(1).pdf))

Leia a carta dos caciques à Funai (<http://bit.ly/1ISFUnZ>)



Ji-Paraná recebe lancha social para atender ribeirinhos

SÍTIO CORREIO POPULAR, 11.03.2014

(Da Redação) O Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e à Miséria antecipou a entrega de uma lancha social para Ji-Paraná e Guajará Mirim. A embarcação com 12 lugares foi recebida pelo vice-prefeito Márcito Pinto e pela Secretária Municipal de Assistência Social de Ji-Paraná, Sônia Reigota, no Ginásio de Esportes Gerivaldo José de Souza, o "Gerivaldão". Solicitada pela Prefeitura de Ji-Paraná em 2013, a lancha vai atender às necessidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Volante. Além do trabalho de socorro, a embarcação auxiliará no trabalho de vacinação e no transporte das pessoas para confecção de documentos, já que muitos cidadãos perderam tudo nas enchentes.

Ela também servirá para amparar os ribeirinhos da comunidade do Igarapé Lourdes, próxima a Nova Colina, grupo formado por índios Gaviões e Araras. "Vamos atender os ribeirinhos com o Cadastro Único e realizar a busca ativa da população de extrema pobreza para a inclusão nos programas sociais e na transferência de renda", disse Sônia Reigota. Ela frisou que a embarcação também vai possibilitar parcerias com outras secretarias municipais, como a da Saúde, com o objetivo de estender o auxílio aos atingidos pelas cheias.

A secretária destacou ainda a importância do Conselho Municipal de Assistência Social, que reconheceu a importância da lancha e autorizou a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) a oficializar o pedido junto ao governo federal. Ainda não há uma data definida para o início da atuação da lancha, que vai circular com o logotipo da Prefeitura de Ji-Paraná.

A embarcação custou R\$ 230.320,00, recurso oriundo do Desenvolvimento e Combate à Fome e à Miséria, que deve enviar ainda uma ajuda mensal de R\$ 5 mil para combustível e manutenção do veículo. Inicialmente a lancha vai permanecer no "Gerivaldão" até que sejam cumpridos alguns entraves burocráticos como a contratação de um piloto. O veículo será coordenado por Marilene Cortes Motta, coordenadora do CRAS Volante. "A lancha facilitará o trabalho que já atende moradores de Nova Colina e Nova Londrina e, agora, vamos aumentar a abrangência deste serviço", disse a coordenadora.

O vice-prefeito Márcito Pinto enfatizou que a missão da Prefeitura é equipar cada vez melhor a SEMAS, para atender às necessidades da população com maior eficiência e agilidade.



Incêndio criminoso destrói terras de quilombola que denunciou Aracruz

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 11.03.2014

Serafim disse que incêndio é em represália às críticas que vem fazendo à empresa. "Isso não vai me intimidar. Vou seguir lutando", avisou

Na madrugada desse domingo (9), um incêndio consumiu parte dos 16 hectares da propriedade rural de Manoel Pedro Serafim. O quilombola afirma convicto que o incêndio foi intencional. "Os criminosos lançaram garrafas incendiárias (tipo coquetel molotov) na vegetação". Ele afirma que o atentado é em represália às críticas que vem fazendo à Aracruz Celulose (Fibria).

Serafim foi personagem de uma reportagem especial publicada nesse domingo (9) em Século Diário, na qual ele denuncia o uso indiscriminado de veneno pela Aracruz que, segundo o quilombola, se intensificou nos últimos anos.

Serafim relata que as comunidades que vivem cercadas pelas florestas de eucaliptos estão adoecendo e mesmo morrendo em decorrência do uso abusivo de veneno. "Eles incendiaram minhas terras para me intimidar, mas isso não vai me intimidar. Vou seguir lutando para impedir que o veneno continue matando as pessoas", avisou.

O quilombola, que mora em São Mateus, a 15 minutos de sua propriedade, disse que foi avisado que suas terras estavam em chamas na madrugada do domingo (9). Serafim acionou imediatamente o Corpo de Bombeiros. "Logo depois dos bombeiros, apareceu uma brigada de incêndio da Aracruz. Não entendi como eles souberam do fogo tão rapidamente. Eles chegaram do nada", disse com ar de espanto.

Na manhã do domingo, Serafim passou a contabilizar os estragos causados pelo incêndio. Ele disse que perdeu mais de 100 pés de coco. Boa parte da madeira que estocava para fazer carvão também foi queimada. "Até a reserva de Mata Atlântica foi atingida pelas chamas", lamentou.

Apesar dos prejuízos, Serafim disse que decidiu não registrar ocorrência. "Polícia? A polícia daqui só faz prender negro. Não vou perder meu tempo com polícia. Vou continuar na luta contra a Aracruz".

Serafim voltou a afirmar que a empresa está por trás do atentado. Ele ainda citou a reportagem de Século Diário. Disse que as pessoas perceberam a presença da equipe de reportagem, que esteve no local três ou quatro vezes em janeiro deste ano. No sábado (8), conta Serafim, a comunidade já sabia da reportagem, publicada no domingo (9).



Moradores do distrito de Nova Dimensão recebem apoio de indígenas durante protesto

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 11.03.2014

O motivo do embargo, se deve ao fato de que, segundo um documento, haveriam índios naquela região, argumento este que foi contestado pelos próprios indígenas que estavam protestando, pois segundo eles, a existência de indígenas nessa área, é desconhecida.

Em um novo protesto realizado por moradores do Distrito de Nova Dimensão, indígenas de várias etnias indígenas localizadas nas redondezas de Nova Mamoré, demonstraram solidariedade e participaram da manifestação, que se deu pela liminar do Ministério Público Federal que embargou a abertura dos mais de 10 km da Estrada Parque, que liga o Município de Nova Mamoré até a BR 364.

O motivo do embargo, se deve ao fato de que, segundo afirmação do MPF, haveriam índios naquela região, argumento este contestado pelos próprios indígenas, onde os mesmos alegavam não haver nenhum índio naquela área.

Os indígenas, querem a todo custo a abertura da estrada, pois isto facilitará a vida de todos e trará benefícios para os que por ali passam. A abertura da BR 421 é de suma importância para os moradores de Nova Mamoré e Nova Dimensão, tendo em vista o isolamento causado pelas águas causar um grande prejuízo para os comerciantes que fecharam as portas de seus empreendimentos, como forma de protesto.

Um posto de combustível insistiu em continuar aberto, mas, foi convencido pelos indígenas para que também participe da luta, pois é um bem para todos. Os prejuízos causados pelo isolamento é bem pior do que se imagina. Caminhões carregados com os mais diversos tipos de produtos perecíveis e alimentos, estão perdendo sua carga, antes mesmo de abastecer Nova Mamoré e Guajará-Mirim, os alimentos estragam e se tornam impróprios para o consumo.



Filho do indígena morto tem alta e se muda de aldeia com a mãe, diz líder

SÍTIO G1/BA, 11.03.2014

*Criança foi baleada durante crime que matou seu pai em Porto Seguro.
"Ela não para de chorar e o menino está traumatizado", afirma liderança.*

O filho do indígena morto dentro de casa em uma aldeia na região de Porto Seguro, sul da Bahia, recebeu alta e passa bem, segundo informou, nesta terça-feira (11), o líder da comunidade, Zeca Pataxó. O crime ocorreu na noite de segunda-feira (10), no distrito de Itaporanga.

A criança foi baleada na perna depois que dois homens encapuzados entraram na residência da família e dispararam contra ela e Agnaldo Oliveira, que morreu na hora. O menino foi socorrido para um hospital.

Segundo Zeca Pataxó, a criança está com a mãe em outra aldeia, que não foi informada por medida de proteção aos dois. Os demais membros da família da vítima permanecem na aldeia do distrito de Itaporanga. "As polícias Civil e Militar estão fazendo ronda por aqui. A Polícia Federal também vai acompanhar a situação. O caso está sendo investigado", disse.

O enterro do pai dele será realizado nessa quarta-feira (12) às 9h. De acordo com o líder da aldeia, a mulher e o filho do índio morto não devem comparecer ao enterro. "Eles estão muito tristes, a mulher não para de chorar e o menino está traumatizado. Ela [mãe] nem conseguiu ficar com o menino no hospital, os tios que acompanharam", afirma.

Crime

Renivaldo Correia, cacique da aldeia Imbiriba, à qual o índio pertencia, explicou que Agnaldo Oliveira foi atingido com cinco tiros e a motivação ainda é desconhecida. "Ele tinha um bom relacionamento com todo mundo, era uma boa pessoa. Até o que eu sei, ele não se envolveu em nenhuma briga ou conflito recentemente. Apenas há três, quatro anos que ele atirou contra um homem por causa de ciúmes da mulher dele, mas não acredito que o crime tenha relação com isso", relatou o cacique pataxó.

Ele ainda disse que a violência tem aumentado no povoado de Itaporanga por causa do tráfico de drogas. "Eu fiz um manifesto há sete meses pedindo segurança para a aldeia. Não só para a aldeia como para o povoado também. Estou sendo ameaçado constantemente por traficantes da região", contou. Agnaldo Oliveira trabalhava para a prefeitura de Porto Seguro e deixa esposa e quatro filhos, acrescentou.



Indigenóides do sul da Bahia vem a Brasília, com diárias pagas pela Funai, pressionar o Ministro da Justiça a demarcar áreas no estado
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.03.2014

Quarenta cacicóides do sul da Bahia fizeram na manhã desta terça-feira (11) um ato em frente ao Ministério da Justiça para conseguir audiência com o ministro José Eduardo Cardozo. A região é marcada por conflitos entre produtores rurais e índios em disputa por uma área de 47,3 mil hectares demarcada pela Funai.

“Nosso objetivo é falar com o ministro para acelerar os processos fundiários da região, onde há muitos conflitos entre índios e produtores rurais, que têm gerado mortes. Precisamos que o governo tome uma solução antes que mais sangue derrame lá por causa da situação crítica”, ameaça o cacique Aruã Pataxó.

Há exatamente um mês o pequeno agricultor assentado da reforma agrária, Juraci Santana, foi assassinado dentro de casa em frente da mulher e filha menor de idade. Juraci denunciava um esquema de cooptação de pessoas comuns que conseguiam registros na Funai como se fossem índios e passam a reivindicar áreas que pertencem aos produtores rurais. A polícia suspeita que um desses índios falsos tenha assassinado Juraci.

A área de 47.376 hectares foi delimitada pela Funai em 2009 englobando centenas de pequenas propriedades rurais e quatro assentamentos de reforma agrária. Desde a delimitação, os tupinambarana organizaram milícias armadas e passaram a invadir propriedades como forma de pressionar o governo a concluir o processo demarcatório e expulsar os não índios. Os indigenóides cobram que o Ministério da Justiça emita a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena.

Segundo o cacique, as lideranças indígenas permanecerão no local até conseguir audiência com o ministro. “Pedimos audiência há 30 dias com o ministro, mas até agora não teve solução. Vamos ficar aqui até que o ministro nos receba”, disse. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a audiência foi agendada para às 18h30 de hoje, mas a assessoria do ministério não confirmou a reunião até o fechamento desta matéria.

Homens da Força Nacional de Segurança Pública foram enviados para o sul da Bahia em agosto de 2013, com o objetivo de garantir a segurança e prevenir o agravamento dos conflitos entre índios e produtores rurais. Os militares permanecem na área até o momento.

“Hoje temos um litígio no Sul da Bahia. Ainda não tem portaria homologatória [da terra indígena]. Só temos um laudo, devolvido há pouco pelo ministro da Justiça à Funai, para que sejam esclarecidos alguns pontos. Devido a esses problemas, a Força Nacional está em apoio às Forças Armadas [na região]”, disse a secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Miki.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 45./ 2014

Brasília, 12 de março de 2014.

Em tempo, desde a publicação da Instrução Normativa nº 2 da Funai no ano passado índios que vierem a Brasília para manifestações terão direito a passagens e alimentação efetivada por contrato visando a concessão de até três refeições diárias. Tudo pago com o dinheiro do contribuinte.



Chuvas interrompem expulsão de agricultores pela Funai no Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 11.03.2014

A secretaria-geral da Presidência da República divulgou ontem relatório sobre as ações executadas pelo governo para expulsar agricultores de uma área demarcada pela Funai no Maranhão entre os dias 22 de fevereiro a 7 de março. De acordo com o documento, nesse período foram destruídas integralmente 28 propriedades rurais. Ainda segundo o relatório, a operação não derrubou mais casas devido às fortes chuvas na região, que prejudicaram o acesso a determinadas localidades, e praticamente interromperam os trabalhos.

O documento esclarece também que, apoio e supervisão das forças federais, "a saída do pessoal tem se dado de maneira ordeira". A operação de expurgo étnica comandada pela Secretaria Geral já derrubou todas as casas no povoado do Cajú e algumas do povoado Cabeça Fria, ambos no interior da área demarcada, no município de São João do Caru. No povoado de Cabeça Fria 12 casas já foram destruídas pelo Governo, três foram abandonadas e 20 ainda estão sendo demolidas. O maior povoado incluído pela Funai na área demarcada porém é Vitória da Conquista, onde a operação ainda não iniciou.

Esta semana, caso as chuvas diminuam, será reiniciada a expulsão das famílias do povoado Cabeça Fria, com prioridade para crianças e idosos e cujo procedimento deverá ocorrer até o dia 16 deste mês. A previsão do Governo é iniciar a partir da próxima segunda-feira (17), o expurgo no povoado Vitória da Conquista.

A Funai em parceria com a Prefeitura de São João do Caru vem tentando recuperar os acessos às localidades mais distantes para evitar interrupções nas operações de expurgo.

O Governo já gastou mais de R\$ 6 milhões de reais na operação de limpeza étnica da área demarcada. A imprensa continua impedida de acompanhar a operação.

Matemática de bêbado

A Secretaria Geral da Presidência acaba de informar que "cerca de 40 % da Terra Indígena Awá já está desocupada".

Não se sabe que conta os matemáticos da Funai e os indigenistas do Governo fizeram. O informe diz que 427 famílias foram notificadas para serem expulsas, das quais 28 já foram escoraçadas. Nas nossas contas isso dá 6,5% da área.



Rio dos Macacos: MPF assegura prazo para Comunidade avaliar nova proposta do Governo Federal

SÍTIO PR/BA, 12.03.2014

Caso haja acordo, o MPF buscará a formalização com a publicação do RTID e a formalização do reconhecimento das terras como quilombolas pela União.



Fotos: Patrick Silva – Ascom_MPF/BA

Na tarde desta terça-feira, 11 de março, o Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) intermediou mais uma etapa das negociações entre o Governo Federal e a comunidade quilombola Rio dos Macacos, situada dentro da Base Naval de Aratu, no município de Simões Filho/BA. A nova proposta apresentada pelo Governo considera a cessão de 86 hectares dentro da atual área de Marinha para comunidade. O MPF assegurou prazo para que os quilombolas possam conhecer melhor e estudar a proposta.

Segundo o desfecho da reunião, conduzida pelos procuradores da República Leandro Nunes, que acompanha o caso pelo MPF/BA, e Walter Claudius, representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, os quilombolas terão pelo menos até o dia 16 de abril para avaliar o que foi apresentado. “É fundamental garantir que a comunidade tenha tempo e condições para conhecer melhor e discutir a proposta” - explicou Claudius.

Apresentada por Fernando Matos, que representou a Secretaria Geral da Presidência da República, a nova proposição deverá ser detalhada e formalizada por meio de ofício à comunidade e ao MPF. “Caso o acordo seja fechado, não abrimos mão de que as terras quilombolas sejam regularizadas por meio do instrumento formal emitido pelo Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), com a publicação do RTID (relatório técnico de identificação e delimitação)” - afirma Claudius. Outra preocupação do MPF é a delimitação de

CONT.



áreas de preservação ambiental dentro do território, que contempla uma região de floresta ombrófila em estado de regeneração.

A grande inovação da quarta oferta feita pelo Governo é a permanência da maior parte dos moradores da comunidade onde atualmente residem, além da manutenção de áreas onde já cultivam, algo que ainda não havia sido contemplado. Outra novidade é a construção de uma estrada para que os quilombolas tenham acesso independente ao território, já que atualmente a entrada utilizada é a portaria controlada pela Marinha – palco de recentes conflitos entre oficiais e quilombolas.

A primeira proposta previa o reassentamento em 7,5 hectares na região de Paripe, fora da base naval. Uma segunda proposta, apresentada em dezembro de 2012, ampliou a área para 21 hectares, numa ponta do território da Marinha. A terceira, feita durante a audiência pública realizada pelo MPF em outubro de 2013, propôs a ampliação das terras para 28,5 hectares, dentro da base e fora das áreas onde a comunidade vive atualmente, e também foi rejeitada.

Na reunião, instituições presentes e membros da comunidade levantaram dúvidas sobre a nova proposta, que deve ser discutida novamente a partir do dia 16 de abril. Para o procurador Leandro Nunes, o diálogo estabelecido entre os órgãos Federais, Estaduais e a comunidade tem sido proveitoso. “Buscamos a solução de um conflito que aguarda desfecho há 3 anos e temos a expectativa de que seja solucionado respeitando a comunidade quilombola Rio dos Macacos e a legislação que assegura os seus direitos” - afirmou.

Mesa diretora - participaram da mesa diretora da reunião, além dos procuradores e representante do Governo, as integrantes da comunidade Rio dos Macacos Rosimeire dos Santos Silva e Olinda de Souza Oliveira; o secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial, Elias de Oliveira Sampaio, o chefe de gabinete do ministro da Defesa, Antônio Thomaz Lessa; o diretor de ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano; o presidente da Fundação Cultural Palmares, José Hilton Santos Almeida, o assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Silas Cardoso, o chefe da Defensoria Pública da União no Estado da Bahia, Átila Ribeiro Dias; o representante da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, Maurício Correia; a gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Maria do Socorro Guterres e o chefe de gabinete do comandante da Marinha, Vice Almirante Celso Luiz Nazareth.

Suposta agressão da marinha - um dos pontos lembrados durante a reunião foi a suposta agressão, por oficiais da Marinha, aos moradores da comunidade quilombola em janeiro deste ano. O procurador Leandro Nunes lembrou que o MPF recomendou à Marinha a remoção dos militares envolvidos no episódio e informou que o órgão já requisitou à Polícia Federal a instauração de inquérito policial para apurar indícios de prática do crime de abuso de autoridade pelos mesmos. O caso tramita no 1º Ofício Divisão de Combate à Corrupção do MPF/BA, que deve aguardar a conclusão da investigação policial para prosseguir. O inquérito civil público instaurado pelo MPF em janeiro segue em curso.

Histórico – Existente há mais de 200 anos, a comunidade quilombola Rio dos Macacos enfrenta
CONT.



um conflito com a Marinha do Brasil há cerca de 42 anos, quando o local onde a comunidade está instalada foi escolhido para a construção da Base Naval de Aratu. Desde então, os integrantes da comunidade, que hoje conta com mais de 300 pessoas, alegam ser alvo de ações violentas, praticadas por oficiais da Marinha, na intenção de expulsar cerca de 46 famílias residentes no local.

O conflito ganhou ainda mais força após a decisão da Justiça Federal na Bahia, que determinou a desocupação de área situada na Base Naval de Aratu pela comunidade quilombola. Em maio de 2013 o MPF ajuizou recurso contra decisão perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Em 2011, o MPF já havia proposto ação civil pública pedindo que a Justiça determinasse a permanência da comunidade no local, mas os pedidos não foram acatados. Em junho de 2012 o órgão expediu uma recomendação ao Comando do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil, visando a coibição de prática de atos de constrangimento físico e moral contra os quilombolas. Em outubro de 2013, o MPF realizou audiência pública, onde foi apresentada proposta do Governo para reassentamento da comunidade, e emitiu recomendação para a publicação do RTID pelo Incra.

A expectativa é de que o caso tenha desfecho com um acordo celebrado entre a comunidade e o Governo Federal ainda no primeiro semestre de 2014. Caso isso aconteça, a União deverá desistir das ações judiciais que já determinaram a remoção da comunidade do local.

Confira a íntegra da proposta apresentada pelo Governo Federal nesta terça-feira, 11 de março.



A abertura da BR-421, em Rondônia, ameaça povos isolados
SÍTIO CIMI, 12.03.2014

No dia 6 de março, no prédio da Secretaria da Segurança e Cidadania, por solicitação do Ministério Público Federal (MPF), foi realizada uma reunião com a participação de várias instituições governamentais: Procuradoria do Governo de Rondônia, Departamento de Estradas e Rodagem (DER), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Amazônia (Sedam), Ibama, Defesa Civil, Polícia Militar, Secretaria da Segurança, Advocacia Geral da União (AGU), MPF e uns poucos representantes da sociedade civil, com o objetivo de discutir sobre a viabilidade da abertura da BR-421, que ligaria a região central de Rondônia ao Vale do Mamoré, no norte do estado e onde vivem povos indígenas em situação de isolamento e risco de extinção.

No último dia 03 de março, em cumprimento ao mandato expedido pela Justiça Federal numa ação proposta pelo Ministério Público Federal, o DER retirou do local as máquinas e equipamentos que estavam realizando a abertura da estrada. O governo de Rondônia, através da lei 1193/2014, legalizou a abertura da rodovia na Unidade de Conservação Parque Guajará Mirim com a alegação de que a BR-421 solucionaria a situação de isolamento atual dos municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim e que, recentemente, se agravou bastante devido às cheias históricas do Rio Madeira.

No entanto, cabe explicitar que existe nesta região um esquema bem montado por fortes grupos econômicos que têm interesses na abertura desta rodovia e, aproveitam a ocorrência das atuais enchentes, para pressionar e organizar a população local para pressionar pela suspensão da liminar que interdita a abertura da BR-421.

Os moradores da região, insatisfeitos com a paralisação dos trabalhos que estavam sendo executados, estão bloqueando constantemente todos os acessos ao distrito de Jacinópolis. Em Nova Dimensão o clima também é de revolta da população. Um grupo de manifestantes obstruiu a única passagem que dá acesso a Guajará Mirim e a Nova Mamoré, pela linha 29, Novo Horizonte, como forma de pressionar a abertura da BR-421.

Além dos interesses econômicos, por se tratar de ano eleitoral, políticos também se esforçam para suspender a liminar da justiça que interdita a abertura da rodovia. A justificativa da Secretária do Desenvolvimento e Meio Ambiente, Nanci Maria Rodrigues, é a de que a abertura da BR-421 já vem sendo pensada há anos e ela facilitaria a fiscalização do próprio Parque Estadual. O MPF contra argumentou que isso deixaria a Unidade de Conservação Parque Guajará Mirim mais vulnerável a invasões de todo o tipo.

A Procuradora da República, Raquel B. P. M. Nascimento, na medida cautelar 22-05-2014.01.0000/RO, afirma "há bastante tempo há interesses políticos e econômicos e também interesses escusos, que levaram, inclusive, às ameaças de vida da juíza sentenciante, na abertura dessa estrada que passa justamente em unidade de conservação, local onde há

CONT.



indígenas silvícolas, reservas minerais e também a consequente facilitação de práticas relacionadas ao contrabando e ao tráfico de drogas”.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Rondônia teme que os povos em situação de isolamento e risco de extinção sejam exterminados pela ganância de um modelo de capitalismo para o qual “o que vale é o lucro” e enxerga nestes povos que vivem milenarmente neste território apenas uma ameaça aos milhões que estão em jogo.

Desse modo, a fauna, flora, povos indígenas, populações tradicionais e toda a riqueza natural e cultural destes povos milenares podem desaparecer. Só não se pode admitir é a perda econômica. Para o governo “... não serão meia dúzia de homens primitivos ou meia dúzia de espécies de bagre que vão deter esta euforia de desenvolvimento, temos que crescer para sobreviver”.

O governo brasileiro, por conta de uma catástrofe anunciada, a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, expôs a população a uma situação de isolamento e desabastecimento. Poucos veículos da imprensa têm responsabilizado a construção das hidrelétricas como o principal fator do isolamento que se encontram os municípios de Guajará Mirim, Nova Mamoré e o estado do Acre. Justificam tal situação como apenas uma questão meramente meteorológica, devido às constantes chuvas, nas cabeceiras do Rio Madeira.

Outro fator que devemos levar em consideração é a construção da hidrelétrica do Ribeirão, na região de Nova Mamoré e Guajará Mirim, prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II. Uma vez realizada a construção de tal hidrelétrica, colocaria em risco e em total isolamento estes municípios, pelas BRs 425 e 364. Não podemos deixar de relacionar uma ação à outra. No entanto, diante da cheia do Rio Madeira, o estado toma a decisão de abrir a BR-421. Ou seja, vai remendando e causando mais danos à já sofrida região por planejamentos equivocados e que não priorizam o bem estar da população.

Através desta, expomos a nossa preocupação com abertura da BR-421 pois esta compromete a integridade física e cultural dos indígenas isolados que se encontram nesta área e significa um aumento da pressão sobre os territórios e, conseqüente, invasão nas terras indígenas Kariyuna, Lage e Ribeirão. Todo este contexto levará ao aumento da violência nesta região, já que o Estado tem sido extremamente ausente em garantir a segurança, a ordem e a cidadania.

Estes povos que estão em situação de isolamento e risco de extinção são portadores de uma cultura milenar, cujo valor a sociedade não tem condições de avaliar. No entanto, diante do processo de extermínio que enfrentam, eles vivem diariamente tentando sobreviver por mais um dia de vida, correndo das atrocidades cometidas pelos que se dizem “civilizados e desenvolvidos”. Por isto, é urgente a defesa da vida dos homens e mulheres dessas culturas, construtoras de relações harmoniosas com a natureza e de uma lógica de reciprocidade orientada para o bem estar de todos.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Rondônia



Barbárie no sul da Bahia: Jagunços incendeiam 28 casas e espancam indígenas
SÍTIO CIMI, 12.03.2014

Por Patrícia Bonilha,

de Brasília

Mais um episódio de extrema violência envolvendo a disputa de terras ocupadas pelo povo Tupinambá ocorreu na Bahia. Desta vez, a cena dos crimes foi o município de Itapebi, localizado no extremo sul do estado, há cerca de 600 km da capital Salvador. Na última sexta-feira (7 de março), por volta das 9h, dezoito jagunços – dentre eles dois ex-policiais – fortemente armados circularam a aldeia Encanto da Patioba, renderam três homens, duas mulheres e duas crianças, espancaram dois idosos e um casal, mataram animais domésticos e de criação, roubaram bens, ameaçaram estuprar uma das mulheres e incendiaram todas as 28 casas da aldeia.

“Foi um massacre. Queimaram tudo o que estava dentro das casas: roupa, comida, documentos, tudo. E o que não queimaram, eles roubaram: motosserra, rádio, fogão, celular, motor de farinheira (que gera energia) e um ralador. Mataram cachorro a facão. Atiraram nos perus. Acabaram com nossas galinhas, a gente tinha pra mais de 400 galinhas na comunidade toda. Destruíram nosso canavial. Cataram nossas roças, nossas abóboras. Não sobrou nada”, se indigna o cacique Astério Ferreira do Porto, de 63 anos. Mostrando as marcas da violência deixadas em seu próprio corpo, ele relata que foi jogado no chão e algemado pelos jagunços. Em seguida, apanhou muito, e de todo jeito: paulada, chute, pano de facão, “até de chapéu de couro... também xingaram muito a gente. Tudo pra gente entregar onde estavam as outras lideranças que eles estavam procurando”.

Ele conta que os jagunços chegaram de uma vez. A maior parte da comunidade conseguiu fugir para o mato porque foram avisados minutos antes que eles estavam “descendo pra aldeia”. “Seu” Astério, “seu” Preto, de 73 anos, Robinho, “dona” Eliete, 45 anos, e uma mulher, mãe de duas crianças (uma de cinco anos e outra de sete meses) não conseguiram correr a tempo.

Continuam o relato, afirmando que com armas apontadas para as suas cabeças, os jagunços portavam pistola 765, espingardas 44 e 12, rifle calibre 38, pistola 380, facão na cintura e até dois fuzis “que talvez sejam R15”. “Eram 18 jagunços e não tinha nenhum desarmado”, afirma Astério, ainda sentindo as fortes dores na perna esquerda, no dorso e na região abdominal.

Também com vários hematomas no corpo, principalmente nas costas e braços, Eliete de Jesus Queiroz relata que levou um tapa tão forte no ouvido esquerdo que quatro dias depois do atentado ainda sente tonturas e muita dor. “Eles chegaram a ameaçar que iam estuprar nós. Nossa sorte é que, depois que viram as crianças, eles pararam de bater em nós duas. Mas as crianças ficaram traumatizadas e logo depois o menino vomitou bastante”, relata. Seu Preto, considerado um ancião, e Robinho também foram vítimas da violência dos jagunços e pistoleiros.

CONT.



Após usarem 25 litros de gasolina para incendiarem as 28 casas da Patioba, destruindo completamente a aldeia, os jagunços colocaram os indígenas à força dentro de seus carros e os dois ex-policiais os levaram para a delegacia de Itapebi porque – inacreditavelmente – queriam denunciá-los pelo porte de uma espingarda velha usada para caçar tatu, paca, gavião, “mas que nem prestar muito tava prestando mais, porque tava sem espoleta”, conta Astério.

Como o delegado não estava, foram levados para o município de Eunápolis. Mas o delegado local não quis recebê-los, pois se tratava de um fato da jurisdição de Itapebi, para onde voltaram e registraram um boletim de ocorrência, onde os indígenas aproveitaram e relataram toda a barbárie a que haviam sido submetidos. No entanto, absolutamente nada aconteceu com os jagunços. Como mencionado nesta matéria, dois deles são ex-policiais. Somente por volta das 19h, os Tupinambá foram liberados – dos jagunços e pela delegacia.

A Polícia Federal, de Porto Seguro, e a Fundação Nacional do Índio (Funai) foram informadas sobre as extremas violências e violações a que foram submetidos os Tupinambá, mas até o fechamento desta matéria ainda não tinham ido à aldeia da Patioba, segundo os indígenas.

Na segunda-feira (10), Eliete e Astério, após apresentarem denúncia no Ministério Público Federal (MPF), fizeram exame de corpo delito no Instituto Médico Legal (IML) de Brasília. Na terça, após atendimento médico em hospitais, fizeram a denúncia ao Ministério da Justiça e na manhã desta quarta-feira (12) denunciam a barbárie a que foram submetidos ao Procurador Geral da República (PGR), Rodrigo Janot. À tarde fazem o mesmo na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Não se trata de uma mera coincidência

Cabe aqui ressaltar que a reunião na PGR havia sido agendada antes deste atentado ter acontecido na aldeia Patioba. Solicitada por organizações indígenas e indigenistas, a proposta é justamente denunciar a crescente violência contra os povos indígenas em várias regiões do Brasil e associá-la a políticos da bancada ruralista que vêm incitando esta violência. Em fevereiro, estas organizações entraram com uma representação na PGR contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) por terem feito afirmações, gravadas em vídeo e veiculadas amplamente nas redes sociais, carregadas de preconceitos e incentivos à violência como solução para os conflitos agrários com os indígenas.

Inimigos mais que conhecidos

“O que a gente percebe é que falta vontade mesmo do governo e da polícia de fazer justiça. Aqui, não precisa investigar nada. A gente sabe quem foi que fez isso com o nosso povo. Eles não se escondem. O próprio José Gastão falou pra gente a lista das pessoas que eles querem matar”, afirma José Moreira Campos, o Juquirá, uma das lideranças indígenas ameaçadas de morte, que não estava na Patioba quando os jagunços chegaram.

CONT.



De acordo com os Tupinambá, os dois ex-policiais, que também são fazendeiros, Gilmar (cujo verdadeiro nome seria Teodomiro) e José Maciel estavam entre os jagunços e, inclusive, foram os que os levaram para as delegacias. Outros responsáveis pela barbárie apontados pelos indígenas são o fazendeiro Peba, Juarez da Silva Oliveira, ex vereador e candidato derrotado do PP à prefeitura de Itapebi na última eleição, e o gerente da fazenda Lombardia, José Gastão. Após a invasão e destruição da aldeia, de acordo com os Tupinambá, a grande maioria dos jagunços se encaminhou para a fazenda Condomínio. "Nós vimos eles entrando na fazenda", afirma Astério.

Além de Juquira e Astério, outros cinco Tupinambá da aldeia Patioba estão ameaçados de morte: o cacique Roberto, o vice cacique Carlos, o ex cacique Jovenal, a liderança Adauto e Jefinho, filho de uma liderança. Juquira conta que eles precisam se retirar da aldeia de tempos em tempos e vivem sempre preocupados com a possibilidade de que as promessas de morte sejam cumpridas. "Eles querem nos matar porque sabem que a gente não vai sair da terra que é nossa. Meu bisavô morreu aqui, meu avô morreu aqui, meu tio morreu aqui. Os parentes da Eliete morreram aqui. Só que a gente não tinha documento da terra. Índio não tinha mesmo documento da terra, mas nós não vamos negociar a nossa terra", garante Astério.

A disputa pela terra

Segundo Astério, Juquira e Eliete, o governo federal e a Funai têm uma grande responsabilidade sobre as violências e violações contra os Tupinambá porque não fazem nada em relação à área reivindicada pelo povo como tradicional. "A Funai foi lá em 2005, 2006. Mas é só promessa. Daí, os fazendeiros vão se apossando de terra que é terra indígena e do Estado, vão nos ameaçando e nos matando. O ancião Salomão foi assassinado na Aldeia Patioba há cinco anos, e isso fez com que muitos de nós ficassem com medo e desistissem da terra", rememora Astério.

Os três moravam desde 2002 na aldeia Vereme, mas tiveram que deixar a área por conta de uma reintegração de posse realizada em 2012. "Chegaram a usar até os sem terra contra a gente. Mas depois o fazendeiro da São Brás, mesmo dono da fazenda Lombardia, entrou com liminar contra eles também", conta Juquira.

Após as 35 famílias saírem escoltadas da área pela Polícia Militar e pela Funai, parte da aldeia se dispersou. Apenas alguns foram para a aldeia Patioba, localizada há seis km de distância. A família de Astério e mais duas ficaram por seis meses dentro da sede da Funai e, posteriormente, foram encaminhadas pela própria Funai também para Patioba.

De acordo com Astério, o dono das fazendas São Brás e Lombardia se considera dono da área de três alqueires que os Tupinambá ocupam – tanto na extinta aldeia Vereme como na recém destruída Encanto da Patioba, que contava com 31 famílias. "Esta terra está, inclusive, penhorada há mais de 30 anos. Acho que pelo Banco do Brasil", afirma o cacique.

Método antigo: a violência

CONT.



O aumento da violência contra os povos indígenas na Bahia é evidente e remete aos tempos da ditadura e ao auge do coronelismo no estado, ocorrido nas décadas de 1970 e 1980.

Segundo os Tupinambá de Olivença, que moram na região de Buerarema e Ilhéus, desde o início deste ano, vários indígenas foram mortos. Três jovens morreram depois da implantação de uma base do Exército dentro da área já identificada como território tradicionalmente indígena em fevereiro. "Nós não queremos o Exército em nossa terra. Eles nos tratam como bandidos. O que precisa ser feito é a demarcação de nossa terra para que possamos viver em paz", afirmou ontem a cacique Valdelice, da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, em reunião no Ministério da Justiça.

Na área da aldeia Patioba, o mais recente ataque havia ocorrido apenas há cerca de 15 dias, quando o carro de um dos indígenas deixado no porto em Itapebi foi incendiado.

Sem casa, suas roças e animais, móveis, roupas, comida e, muitos sem documento, desde o dia 7 de março, os parentes de "Seu" Astério, "dona" Eliete e Juquira dispersaram-se em Eunápolis. "Somos indígenas, mas agora estamos como indigentes", concluiu com tristeza o cacique.

Apesar de viverem no estado onde os colonizadores portugueses chegaram há 514 anos e terem seu histórico, modo de vida e incontáveis processos de resistência registrados em extensa bibliografia, o povo Tupinambá não tem ainda terras homologadas na Bahia. "Até quando será assim?", parecia a pergunta nos olhos pequenos e sofridos de "seu" Astério.



Presidente da Funai visita índios Tenharim que exigem renda para suspender pedágio ilegal

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.03.2014

A presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, a Guta, visitou os índios na Tenharim da Terra Indígena Tanharim Marmelos, no sul do Amazonas. A visita ocorreu na última sexta-feira (07). Guta e o Governo tentam convencer os índios a desistir da cobrança ilegal de pedágio na rodovia Transamazônia. Os índios dependem dos recursos para consumir produtos da cultura ocidental e exigem que o governo ofereça alternativas de renda.

Guta ficou por cerca de sete horas na aldeia. Foi a primeira vez que a presidente da Funai esteve no sul do Amazonas desde o assassinato de três homens não indígenas no final do ano passado. O crime foi o estopim de uma revolta que resultou na destruição do prédio e dos veículos da Funai em Humaitá, maior cidade da região. Os indígenas Gilvan Tenharim, Gilson Tenharim, Domiceno Tenharim, Valdinar Tenharim e Simeão Tenharim estão presos pelo assassinato dos não índios Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador.

Guta desembarcou na Terra Indígena em um helicóptero do Exército. Passou todo o tempo sob a escolta de dois militares de alta patente: o general André Luiz Novaes Miranda, comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva; e do Tenente-Coronel Márcio de Góis Alves, do 54º Batalhão de Infantaria de Selva.

O índio Ivanildo Tenharim, uma espécie de porta voz dos indígenas da região, exigiu que a Funai encontrasse alguma forma de repassar aos índios os recursos que eles deixaram de obter por serem obrigados a parar de extorquir a população local através da cobrança ilegal de pedágio. "Apresentamos nossas propostas porque ficamos sem renda desde que deixamos de cobrar a taxa na estrada", disse Ivanildo a um site indigenista local. Sem a renda do pedágio, a maioria das famílias depende do Bolsa Família para consumir produtos da cultura ocidental como calções Adidas e biscoitos recheados.

Guta ofereceu aos índios a retomada da atividade de pesca esportiva praticada por turistas não indígenas dentro da Terra Indígena. A pesca esportiva acontecia desde 2005 em uma área do rio Marmelos, nos meses de julho e agosto, mas foi suspensa em 2012 quando os índios passaram a exigir aumentos na taxa paga pela empresa pela autorização dos caciques. "A empresa responsável pela atividade não queria mais pagar o que havia se comprometido", disse Ivanildo Tenharim.

"A Funai apenas nos dava uma autorização anual, mas nunca tivemos licenciamento. Agora, nesta reunião, a gente pediu à presidente da Funai que ela agilize esse licenciamento junto ao Ibama. Queremos que a atividade ocorra três vezes ao ano e não apenas em julho e agosto", disse Ivanildo. Só não se sabe quem serão os corajosos que vão querer pescar dentro de uma terra indígena onde os índios costumam assassinar as pessoas e enterrá-las em covas profundas quando se aborrecem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 45./ 2014

Brasília, 12 de março de 2014.

Além de liberação para a pesca esportiva, os índios propuseram à Funai a construção de uma pousada nas proximidades de uma corredeira do rio Marmelos que pode ser utilizada por turistas. Os rendimentos seriam geridos pelos próprios indígenas, por meio de sua associação, sem a intermediação de empresas. Também não se sabe quem serão os turistas que vão querer se hospedar dentro de uma terra indígena onde os índios costumam assassinar as pessoas e enterrá-las em covas profundas quando se aborrecem.

Os índios se comprometeram com a presidente da Funai a manter suspensa a cobrança ilegal de pedágio por mais quatro meses, tempo em que a fundação deve encaminhar periodicamente informações sobre o andamento dos projetos. Uma comissão formada por quatro indígenas tenharim e dois jahui, incluindo Ivanildo, vai acompanhar o andamento. "Sabemos que não será rápido. Por isso vamos acompanhar de perto. Suspendemos o pedágio para termos diálogo. Nesses quatro meses, a partir da visita da presidente da Funai, não vamos cobrar nada", afirmou Ivanildo.



Rio Tocantins está 6,4 metros acima do nível normal em Imperatriz-MA

SÍTIO FOLHA DO BICO, 12.03.2014

O Rio Tocantins está 6,4 metros acima do nível normal em Imperatriz. Se subir mais 10 centímetros, famílias ribeirinhas terão que desocupar suas casas.

Nas últimas horas, o nível do Rio Tocantins voltou a subir. Nos pontos de medição onde a Defesa Civil do município faz o acompanhamento da cheia do rio.

Na manhã desta terça-feira, as equipes da Defesa Civil fizeram o monitoramento dos pontos considerados mais críticos, que podem ser invadidos pela água a qualquer momento.

“Estamos visitando as comunidades ribeirinhas para alertar a população, para colocar seus pertences em pontos estratégicos, seguros, para evitar maiores danos em eventual elevação do nível do rio”, disse Bruno Sousa da Silva, da Defesa Civil.

Moradores de quatro bairros ribeirinhos estão preocupados com a cheia que já ameaça deixar famílias desabrigadas. Para os bairros Curteme, Beira Rio, Caema e Vila Leandra já foi decretado o estado de alerta.

A dona de casa mora Icles de Sousa na última residência da Rua Castelo Branco. Ela conta que não teve que deixar o bairro nos últimos dois anos, mas com o nível do rio tão alto já se prepara para sair de casa quando for preciso e não ter prejuízos. Entre os afazeres domésticos, ela está sempre de olho na água, que já está bem perto da casa. “A gente já se organiza e procura outro lugar para ir, porque a qualquer momento podem tirar a gente daqui”.

No Porto da Balsa, o transporte de passageiros continua sendo feito, mas os pilotos da balsa estão atracando com dificuldade. Se a água continuar subindo nas próximas horas, a balsa pode ser transferida para o cais do porto.



Obras de transposição do rio São Francisco serão concluídas em 2015, prevê ministro
SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 12.03.2014

"Meta é avançar em média 2% ao mês", afirmou Francisco Teixeira

O ministro da Integração, Francisco Teixeira, disse nesta quarta-feira (12) que 75% das obras do Projeto de Integração do rio São Francisco serão concluídos até dezembro. Segundo o governo, 55,5% do total previsto já estão concluídos. O balanço das obras de transposição do rio São Francisco foi apresentado em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que promove ciclo de debates sobre o tema.

O ministério prevê a entrega de 100 quilômetros de canais em cada eixo em dezembro de 2014. A expectativa é de que todas as obras, que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sejam concluídas até dezembro de 2015.

— A meta é avançar em média 2% ao mês para que possamos chegar com 75% dessas obras concluídas até o final deste ano e ficar os 25% [restantes] para o ano seguinte – disse.

Estão em construção canais, aquedutos e barragens naquela que vem sendo classificada pelo governo de “maior obra de infraestrutura hídrica do país”. O objetivo principal é garantir água para 12 milhões de pessoas em 390 municípios de Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Orçado em cerca de R\$ 8 bilhões, o projeto contempla 477 quilômetros de canais (mais do que a distância entre Rio de Janeiro e São Paulo), formando os eixos Norte, que vai de Cabrobó (PE) a Cajazeiras (PB), e Leste, com início em Floresta (PE) e término em Monteiro (PB) que conduzirão a água no semiárido nordestino.

Atualmente, as obras, que incluem a recuperação de 23 açudes, construção de 27 reservatórios, além de nove estações de bombeamento, 14 aquedutos e quatro túneis exclusivos para a passagem de água, empregam mais de 9.200 trabalhadores, segundo o ministro.

Revitalização

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou o projeto, que contempla ainda 38 ações socioambientais, como o resgate de bens arqueológicos e o monitoramento da fauna e da flora regionais. José Pimentel (PT-CE) e Humberto Costa (PT-PE) avaliaram como positiva a expectativa de entrega de 100 quilômetros de canais em cada eixo em dezembro de 2014.

— Vejo com animação o fato de que essas duas primeiras metas, tanto do Eixo Norte, quanto do Eixo Leste, poderão talvez ter o seu cronograma de preenchimento com a água e

CONT.



atendimento aos municípios antecipada – assinalou Humberto.

Atrasos

Mas nem todos os senadores estão otimistas com os prazos assumidos pelo governo. Eduardo Amorim (PSC-SE) e Cícero Lucena (PSDB-PB), por exemplo, lamentaram os sucessivos atrasos nas obras. Quando foram iniciadas em 2007, previa-se que a transposição do rio São Francisco seria concluída em 2012. Eles também avaliaram que o novo cronograma não será cumprido se for mantido o atual ritmo das obras.

— Em dezembro, [a obra] tinha 52% e em março temos 55%. Isso corresponde a um acréscimo de 3% em três meses. Fico animado com a afirmativa do ministro de que vai tentar atingir 2% [de execução ao mês]. Mas, para mim, esse cronograma não será cumprido da forma como estão afirmando — afirmou o parlamentar paraibano.

Sobre os atrasos, o ministro avaliou que a demora na obra ocorreu devido às novas licitações necessárias após algumas companhias abandonarem trechos. Segundo ele, com a conclusão de trechos das obras a água deve ser liberada para a população antes mesmo da conclusão da transposição.

— O ano de 2012 foi um ano difícil, e uma parte de 2011 também, no sentido de reverter o processo, concluir alguns detalhes de projeto, preparar novos editais, negociar com empresas, reliciar. E já entramos em processo de remobilização praticamente no nível que estava lá atrás — apontou Teixeira.

Para o presidente do colegiado, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ficou evidente na exposição de Teixeira que o ministério tem se esforçado para dar celeridade ao processo.

— Realmente é um projeto complexo e há um controle rígido dos órgãos ambientais na execução das obras – assinalou Valadares.

Próxima audiência

A segunda audiência pública do ciclo, com data ainda a ser definida, deverá contar com a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo. Requerimento com esse objetivo foi aprovado nesta quarta-feira.

Rodrigo Baptista



Ministro da Integração debate transposição do Rio São Francisco

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 12.03.2014

Coelho Teixeira fala neste momento sobre o estado atual das obras de transposição

Em reunião nesta quarta-feira (12), o ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, debate com os senadores as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da Região Nordeste.

A audiência pública faz parte de um ciclo de debates organizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para discutir o assunto. De acordo com o presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a necessidade de revitalização do Rio São Francisco ocorre, dentre outras razões, pelo fato de várias de suas comunidades ribeirinhas não contarem com sistema de tratamento de esgoto, lançando dejetos diretamente no rio.

A transposição das águas do São Francisco desvia o curso de água do rio em Pernambuco para a Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará. De acordo com o governo federal, 12 milhões de pessoas devem ser beneficiadas com o abastecimento de água com a conclusão da obra, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto prevê investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões.



Rio Acre atinge 18 bairros de Rio Branco e desabriga mais de 4 mil pessoas

SÍTIO ECOS DA NOTÍCIA, 12.03.2014

O Rio Acre continua subindo e na medição desta quarta-feira, 12, feita às 9 horas, atingiu a marca de 16,77 metros, dois metros e setenta e sete centímetros acima da cota de transbordamento que é de 14 metros. Um terceiro abrigo público foi montado no Sesc Bosque, que tem capacidade para receber 120 famílias. O Parque de Exposição já acolhe 1.060 famílias, 4.043 mil pessoas. A Defesa Civil tem o registro de que mais oito mil imóveis foram afetados pela cheia do Rio Acre na cota atual.

Oito médicos estão atendendo pela manhã, tarde, noite e madrugada na Unidade de Saúde que funciona 24 horas no Parque de Exposição.

No abrigo montado no Ginásio Coberto, no bairro Aeroporto Velho, estão alojadas 55 famílias, num total de 221 pessoas, sendo 78 crianças, 46 adolescentes e 97 adultos. No local há assistência médica e social.

60 equipes do Governo do Estado, Prefeitura de Rio Branco e Exército Brasileiro saem do Corpo de Bombeiros para fazer a remoção e o transporte das famílias desde as áreas alagadas até locais seguros ou o abrigo público do Parque de Exposições e do Ginásio Coberto.

Em Rio Branco, 18 bairros estão atingidos pela alagação, são eles: Seis de Agosto, Santa Teresinha, Ayrton Senna, Adalberto Aragão, Aeroporto Velho, Terminal da Cadeia Velha, Baixada da Habitasa, Base, Conjunto Jardim Tropical (Rua 10 de Junho), Boa União, Glória, Cadeia Velha, Cidade Nova, Palheiral, Bahia Velha, Triângulo Novo, Taquari e Quinze. As áreas rurais são: à jusante da cidade de Rio Branco nas comunidades do Bagaço, Extrema, Colibri, Limoeiro, Boa Água, Quixadá, Panorama, Vista Alegre, Oriente, Ramal da Judia, Cajazeira, Catuaba, Extrema II, Liberdade, Belo Jardim (ribeirinho), e à montante da zona urbana da capital nas comunidades do Benfica (ribeirinho), Capatará, Moreno Maia (produtores residentes ao longo do Rio Acre e Caipora), Riozinho, Água Preta, Barro Alto e outros produtores ribeirinhos ao longo do Riozinho do Rôla, Vai se Ver, São Raimundo e Espalha.

A equipe da secretaria de Agricultura e Floresta está dando apoio às famílias atingidas pela cheia do Rio Acre na região do Panorama, na imediação da Foz do Igarapé Redenção e também as famílias do bairro Judia.

Nível do Rio Acre em Rio Branco (12/03/2014)

16,77m – Medição das 9 horas

16,76m – Medição das 6 horas

Nível do Riozinho do Rôla (12/03/2014)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 45./ 2014

Brasília, 12 de março de 2014.

17,41m – Medição das 6h

Nível do Rio em Assis Brasil (12/03/2014)

4,61m – Medição das 6h

Nível do Rio em Brasília (12/03/2014)

4,31m – Medição das 6h

Nível do Rio em Xapuri (12/03/2014)

9,13m – Medição das 6h

Nível do Rio Madeira em Porto Velho (12/03/2014)

19,08m – Medição das 6h

Números do abrigo no Parque de Exposição

Famílias: 1.060

Pessoas: 4043

Crianças: 1370

Adolescentes: 464

Idosos: 84

Adultos: 2125

Números do abrigo no Ginásio Coberto

Famílias: 55

Pessoas: 221

Crianças: 78

Adolescentes: 46

Adultos: 97

Ascom PMRB



Famílias começam a deixar suas casas devido à cheia do Rio

SÍTIO IMIRANTE, 12.03.2014

Segundo Defesa Civil, o Rio Tocantins chegou à marca de 7,5 m acima do normal.

Jefferson Sousa / Imirante Imperatriz

IMPERATRIZ – Durante toda a manhã de hoje (12), a Defesa Civil em ação conjunta com o 3º Grupamento de Bombeiros Militar (3º GBM) e o 50º Batalhão de Infantaria de Selva (50ª BIS), estão encaminhando famílias ribeirinhas à estrutura montada no Parque de Exposições Lourenço Vieira da Silva, em decorrência da cheia do Rio Tocantins, que chegou à marca 7,5 m acima do normal e começou a desabrigar famílias das áreas.

De acordo com o superintendente da Defesa Civil, Francisco das Chagas, o Parque de Exposições tem capacidade para alojar 75 famílias e está com estrutura de água, luz e banheiros montados e distribuídos em tendas revestidas em lona para receber os atingidos pela cheia do Tocantins.

Segundo o registro feito pela Defesa Civil, 450 famílias referentes aos bairros Vila Leandra, Bairro da Caema, Beira Rio, Porto das Balsas e Areial correm risco de serem desabrigadas.

A Defesa Civil informou, ainda, que ginásios e escolas municipais podem ser cedidos, e prédios poderão ser alugados, para alojamento das famílias ribeirinhas.

Para quem precisa do transporte aquaviário de Imperatriz à São Miguel, a balsa está atendendo no cais do porto, em horários normais.

Para ler mais notícias do Imirante, clique em imirante.globo.com. Também siga o Imirante no Twitter e curta nossa página no Facebook.



Exploração ilegal de madeira aumenta 53% em Mato Grosso

SÍTIO FOLHA DO ESTADO, 12.03.2014

Da redação

A exploração ilegal de madeiras cresceu 63% em Mato Grosso e correspondeu a 106,7 mil hectares da área explorada entre 2011 e 2012. O volume extração feita sem autorização da Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) representou 54% ações identificadas pelo Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia). Os dados compõem a pesquisa "Transparência Manejo Florestal de Mato Grosso" divulgada semana passada pelo instituto, e segundo o engenheiro florestal, Denis Conardo, que participou do estudo, o cenário se repete desde 2008 e continua o mesmo até hoje.

"Desde o começo da nossa pesquisa, os casos de exploração ilegal de maneira são superiores às feitas com liberação de plano de manejo. E não é somente isso. Mesmo aqueles que recebem autorização fazem exploração predatória, em áreas que não estão liberados e/ou de forma que destrói a recomposição natural do local", disse.

O resultado foi alcançado com o cruzamento de informações de três sistemas de monitoramento. E conforme dados do Simlam (Sistema Integrado de Licenciamento e Monitoramento Ambiental), aproximadamente 197,4 mil hectares de florestas foram explorados entre agosto de 2011 e julho de 2012. Desse total, 106.663 hectares (54%) não foram autorizados pela Sema. E dos 91.085 hectares (46%) autorizados, ocorreram em áreas privadas, devolutas ou sob disputa; outros 3,4% em Áreas Protegidas; e 0,2% em assentamentos de reforma agrária. Se comparados os números com o período anterior (agosto de 2010 a julho de 2011), houve um aumento de 23% (17.132 hectares) na exploração autorizada e de 63% (41.209 hectares) na exploração ilegal. O segundo tipo de exploração atingiu 28,5 km² em terras indígenas. Os atos se concentraram em Marcelândia, União do Sul, Aripuanã, Nova Maringá e Itanhangá, cidades que sempre aparecem dentre as dez mais exploradoras, segundo o Imazon.

Resposta – A Sema disse que as liberações de planos de manejo são feitas com base em decreto estadual e que todo processo é acompanhado por equipes de vistoria. Afirmou ainda que as áreas de reservas indígenas em Mato Grosso ficam sob a coordenação de órgãos federais e assentamentos da reforma agrária são competência do Incra. Em nota, assessoria de imprensa informa que a Sema passa por uma reestruturação visando dar mais eficiência as suas ações entre elas o combate aos crimes ambientais. "De um a dois terços das explorações apontadas pelo Imazon são de responsabilidade do Incra e do Ibama. E também é preciso considerar que parte desses manejos foram em áreas de reforma agrária, que precisam ser descontados na avaliação", disse o superintendente de Atendimento ao Consumidor da Sema, Gideon Rosa.



28 desapropriações foram concluídas em terras indígenas Awá-Guajá

SÍTIO SUA CIDADE, 12.03.2014

A ação de retirada dos ocupantes das terras Awá-Guajá foi iniciada no dia 24 de fevereiro deste ano após o vencimento do prazo dado pela Justiça Federal para a saída voluntária do território indígena.

Das 427 famílias que tem moradia na região, 28 já deixaram a reserva em São João do Caru p próximo aos municípios de Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, na região Noroeste do estado.

A desapropriação é a realizada por uma equipe interministerial formada por servidores da Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, Polícias Federal, Rodoviária Federal, Força Nacional, Gabinete de Segurança Institucional – ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENCIPAN.

De acordo com o relatório divulgado pela secretaria-geral da Presidência da República um volume maior de desapropriações não ocorreu devido às fortes chuvas na região, que prejudicaram o acesso a determinadas localidades.

Para o trabalho de desocupação das terras dos Awa-Guajá, foram utilizados 13 caminhonetes, quatro caminhões-baú, um ônibus, dois helicópteros, além de grande efetivo de homens da Polícia Federal e da Força Nacional.

Veja a reportagem

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=jn_RHjrDZXw



Deputado José Bonifácio Manifesta Seu Apoio Ao Mpo na Luta Pelo Asfaltamento da To 126

SÍTIO TOC NOTÍCIAS, 12.03.2014

Deputado José Bonifácio vem a público manifestar seu irrestrito e abnegado apoio ao MPO (Movimento Popular Organizado, de Tocantinópolis-TO) que luta incansavelmente pelo asfaltamento da TO 126, trecho que liga Tocantinópolis-TO à Maurilândia-TO.

Foto: Divulgação Em toda a sua vida pública, desde o seu primeiro mandato como Prefeito Municipal de Tocantinópolis, nos idos anos, Bonifácio sempre direcionou dantescos esforços no sentido de garantir esta conquista. Ocorre que, infelizmente, esta é uma questão que envolve vários atores: FUNAI, IBAMA e, sobretudo, o Governo do Estado. Fato que alguns iníquos e desinformados adversários políticos desconhecem.

A saber, a construção desta tão sonhada estrada não depende somente das ações do Prefeito Municipal ou de um único Parlamentar, sejam eles quem for!

É notório que o Deputado José Bonifácio teve fundamental importância na ida do Governador em exercício, Sandoval Cardoso, até a sede do MPO em Tocantinópolis. Sendo ainda o grande articulador e representante oficioso do MPO junto ao Governo do Estado, Agetrans, FUNAI e IBAMA. Atualmente, o grande óbice à concretização da obra reside no aspecto de a estrada passar dentro da Reserva Indígena Apinajé e, mesmo com a anuência dos indígenas, questões legais dificultam o avançar das negociações. Contudo, o Deputado Bonifácio já está em negociação com o representante da FUNAI em Brasília (Jaime Siqueira) no sentido de elucidar os impedimentos legais junto à Instituição.

Além da articulação e diálogo com as os órgãos pertinentes, o Parlamentar tem auxiliado o MPO, em especial aos indígenas, com alimentação, combustível e apoio logístico.

“Enquanto forças eu tiver e Deus me conceder a vida, continuarei lutando incansavelmente pelo povo da minha cidade e região”, enfatizou o Deputado Bonifácio.

Fonte: Ascom/Gab. Dep. Est. José Bonifácio



Chefe da saúde indígena cobra empenho de outros órgãos contra desnutrição
SÍTIO JORNAL DA CIDADE, 12.03.2014

419 crianças indígenas morreram por desnutrição no país desde 2008, o chefe do órgão federal responsável pela saúde dos índios cobrou maior empenho de outras áreas de governo para enfrentar o problema

Responsável pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão subordinado ao Ministério da Saúde, o secretário Antônio Alves diz que a desnutrição entre os índios é um problema complexo, que "envolve o governo como um todo".

"Nós levamos isso ao conhecimento do ex-ministro Alexandre Padilha (que deixou o Ministério da Saúde no início do ano para concorrer ao governo de São Paulo) e ao conhecimento da presidenta Dilma Rousseff", diz Alves, em entrevista à BBC Brasil.

"Ou o Estado brasileiro – o que envolve município, Estado e União – assume isso, ou a saúde não vai dar conta de combater a desnutrição."

Em fevereiro, um levantamento da Sesai obtido pela BBC Brasil com base na Lei de Acesso à Informação revelou que, desde 2008, 55% de todas as mortes no país por desnutrição infantil ocorreram entre indígenas, embora oficialmente eles sejam 0,4% da população.

O fenômeno é mais grave no leste do Mato Grosso, entre os índios da etnia xavante. Líderes de comunidades visitadas e médicos disseram que as mortes poderiam ter sido evitadas com ações simples nas aldeias, como monitorar as crianças desnutridas.

'Risco nutricional'

Alves diz que a Sesai busca aprimorar o acompanhamento de índios desnutridos. Em 2013, afirma ele, a secretaria tinha como meta monitorar 50% dos índios de todas as idades em situação de "risco nutricional".

Neste ano, ele afirma que a meta foi ampliada para 70%. Ainda não há prazo para cobrir 100% dos casos, segundo o secretário.

Alves diz ainda que o combate da desnutrição nas aldeias será facilitado pela expansão do programa Mais Médicos.

Mesmo assim, ele diz que os serviços de saúde não serão capazes de erradicar a desnutrição sozinhos. Isso porque crianças que se recuperem com o atendimento podem voltar a perder peso se não se alimentarem direito.

CONT.



“Não é a Sesai que vai resolver problemas de alimento ou de projetos de sustentabilidade para esses povos”, ele diz.

Segundo Alves, a desnutrição tem como principal causa mudanças na alimentação dos índios.

Nas últimas décadas, comunidades indígenas em várias áreas do país passaram a substituir produtos agrícolas tradicionais e a carne de caça por alimentos industrializados, mais pobres em nutrientes.

No caso dos xavantes e de outros povos, as mudanças foram acompanhadas pela expansão de atividades agropecuárias de larga escala nas áreas vizinhas a suas terras, com a consequente redução da caça e da poluição de rios.

Foi para combater a desnutrição que, segundo Alves, Dilma resolveu criar em 2012 o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena, integrado pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e por vários ministérios.

A BBC Brasil pediu à Funai informações sobre as atividades e resultados do comitê, mas não obteve resposta.

Índios e agentes de saúde de aldeias xavantes visitadas no início de fevereiro na região de Campinápolis (MT) disseram desconhecer o comitê ou qualquer política específica contra a desnutrição.

Mais Médicos

Segundo Alves, o programa Mais Médicos terá grande impacto na qualidade dos serviços de saúde prestados aos índios.

Segundo o Ministério da Saúde, até o fim de março haverá 305 médicos estrangeiros (principalmente cubanos) dedicados exclusivamente ao atendimento de índios no país. Com isso, Alves diz que a taxa de médicos por indígenas no país será de 1 para mil.

O índice, afirma, ele, será melhor que o almejado pelo programa Saúde da Família, de 1 médico para 2.500 habitantes. O programa é a referência do governo em políticas de saúde básica.

A comparação ignora, porém, que os médicos dedicados à saúde indígena atendem uma população bastante fragmentada e, em muitos casos, espalhada por áreas de difícil acesso. Segundo a Sesai, há no país 5.150 aldeias indígenas.

Alves afirma que a dificuldade de contratar médicos que atuem nas aldeias era um dos maiores entraves para a melhoria dos padrões de saúde entre índios brasileiros.

Hoje, comparações entre os padrões de morte dos índios e dos demais brasileiros revelam grandes discrepâncias. Enquanto entre os índios 40% das mortes ocorrem entre crianças com

CONT.



até quatro anos, na população geral esse índice é quase dez vezes menor, de 4,5%.

Segundo Alves, outro obstáculo à melhoria da estrutura da saúde indígena é a dificuldade para realizar obras em áreas isoladas e transportar produtos até elas.

“Você faz uma licitação e, muitas vezes, a empresa que ganha não quer entregar ao descobrir o local. Ela prefere pagar a multa e ficar impedida de participar de novas licitações a entregar o produto”.

Alves diz ainda que a Sesai tem agido para agilizar os resgates de índios em situações emergenciais e encurtar os deslocamentos de equipes de saúde entre cidades e postos de saúde nas aldeias.

Ele cita o caso do Vale do Javari, no oeste do Amazonas. Há alguns anos, diz ele, equipes de saúde tinham de passar até 14 dias em barcos para se deslocar da cidade até a base onde ficavam lotadas.

Hoje, Alves afirma que o deslocamento é feito por helicóptero ou pequenos aviões e dura três horas.

O secretário diz ainda que a pasta tem investido no treinamento de funcionários, hoje 16 mil ao todo.

“Com certeza, quando fecharmos 2014, já vamos ter outro cenário.”



Capoani: Congresso deve ter palavra final sobre demarcação de áreas indígenas
SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ALRS, 12.03.2014

O deputado Gilberto Capoani (PMDB), que em 2013 coordenou os trabalhos da Comissão Especial sobre a demarcação de áreas indígenas no RS, reafirmou seu apoio à PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre os processos de estudo e ocupação destas terras. "Como funciona atualmente, trata-se de maior vigarice deste país. Ocorrem laudos fraudulentos, como foi o caso de Getúlio Vargas, do Mato Preto", acentuou Capoani em pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa. Na visão do parlamentar, há uma afronta ao que determina a Constituição que assegura aos pequenos agricultores o direito à propriedade", muitos deles com escritura das suas terras com mais de 100 anos".

Capoani observa que áreas que não estavam ocupadas por reservas indígenas em 1988, quando da promulgação da Constituição, não podem ser objeto de processos custeados pela própria FUNAI. "Quem paga o laudo antropológico? O governo. Para se defender, os agricultores têm que pagar", apontou o parlamentar, alertando ainda para o prazo exíguo de 90 dias que cada proprietário rural tem para contestar o estudo. "Já o antropólogo tem dez anos, se preciso for, quem sabe até para enterrar um osso ou uma panela quebrada para dizer que lá é uma reserva indígena", acrescentou.

Na visão do deputado, a PEC representará maior pluralidade na hora de uma decisão sobre a demarcação de áreas indígenas. "Nada melhor do que 513 pessoas analisarem se há necessidade de demarcação de uma reserva em vez de apenas uma pessoa, como no caso do processo atual", argumentou Capoani. Pela sistemática atual, lamentou ele, um simples decreto ministerial torna nulo um título de propriedade "e transforma o agricultor, aquele que produz alimento para o sustento deste estado, em invasor de terra pública".



Tetila pede trator e sementes para comunidade indígena

SÍTIO BBC NEWS, 12.03.2014

Na manhã desta terça-feira (11), o deputado estadual Laerte Tetila (PT) solicitou, através de indicação, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pede Vargas, a aquisição de tratores, implementos agrícolas, óleo diesel e sementes para atender a Tribo Terena da Aldeia Córrego do Meio, em Sidrolândia.

A proposição de Tetila atende reivindicações do Cacique da comunidade, Antonio Aparecido, bem como do presidente da Associação da Família Terena, Agenor Honório Lopes e do presidente da Associação Indígena de Moradores da Tribo Terena, Joel Alves de Oliveira. Eles relataram ao deputado as necessidades da Comunidade, principalmente da falta de maquinário e combustível.

“É preciso um olhar especial para estas comunidades que vêm lutando para manter a unidade familiar, a paz, a posse da terra e a sua subsistência com dignidade, o que se pede não é muito”, afirma Tetila. O parlamentar ressalta, ainda, que as 174 famílias da Aldeia Córrego do Meio vivem da agricultura familiar.

Os representantes da comunidade indígena, que visitaram o gabinete do deputado Tetila, afirmam que as famílias não dispõem de condições e estrutura para executar o manejo da terra, portanto é necessário o apoio do Governo Federal. A indicação foi encaminhada ao senador Delcídio do Amaral (PT) e à presidenta da Funai (Fundação Nacional do Índio), Maria Augusta Assirati.

Assessoria de Imprensa - Deputado Estadual Laerte Tetila (PT)
(67) 3389-6313



Calamidades indígenas

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 12.03.2014

A saúde representa um dos aspectos mais desastrosos do contato do "homem branco" com os povos indígenas americanos. Desde os tempos coloniais, são frequentes as mortes relacionadas a doenças simples, como gripe e catapora.

Diversas etnias foram dizimadas em decorrência de enfermidades. Hoje, muitas das que sobreviveram a esse primeiro momento sofrem com condições miseráveis, agravadas por mudanças bruscas dos hábitos alimentares.

Reportagem da BBC Brasil feita com base em registros do Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou que, desde 2008, 419 crianças indígenas morreram por desnutrição no país. O montante equivale a 55% das mortes por desnutrição infantil em todo o Brasil no período, embora os índios sejam apenas 0,4% da população nacional.

A situação é particularmente preocupante porque, em outubro de 2010, diante da necessidade de oferecer tratamento específico para cada uma das diferentes etnias, o governo criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). O órgão mantém cerca de 60 casas sanitárias que, ao que tudo indica, estão longe de funcionar bem.

Na unidade de Campinópolis (MT), por exemplo, colchões mofados espalhados num espaço inadequado abrigavam xavantes doentes --trata-se da etnia com mais mortes por desnutrição infantil.

Como se o cenário não fosse já calamitoso, a Controladoria-Geral da União (CGU) identificou gastos indevidos de recursos destinados à saúde das comunidades indígenas. Conforme esta Folha apontou no último sábado, as irregularidades, cometidas de 2010 a 2012, atingiram R\$ 6,5 milhões.

Os problemas incluem duplicidade no pagamento de funcionários, locação irregular de veículos e remuneração por viagens que simplesmente não ocorreram.

Houve, além disso, ágio de até 8.691% na compra de remédios. Em um dos casos, 60 comprimidos de um medicamento foram adquiridos por R\$ 98 com cartão corporativo, mas ficavam por R\$ 1,10 mediante licitação.

É lamentável que um órgão criado há apenas quatro anos apresente tantos vícios. A Secretaria Especial de Saúde Indígena foi concebida para cuidar de um segmento populacional vulnerável, e não para ajudar a desviar recursos públicos.



Kátia Abreu cobra igualdade de tratamento a brasileiros índios e não índios

SÍTIO RONDA DO MS, 12.03.2014

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, subiu à tribuna do Senado para denunciar discriminação aos produtores rurais e cobrar igualdade de tratamento a brasileiros índios e não índios. O que preocupa a CNA é a suspensão de seis liminares de reintegração de posse já concedidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília, em favor de pequenos agricultores que tiveram suas propriedades invadidas por indígenas no Sul da Bahia. O temor é de que esta decisão estimule novas invasões.

"A suspensão dessas liminares é um desserviço para o Brasil", avalia a senadora, ao destacar que produtores foram expulsos de suas fazendas, embora as terras em questão não tenham sido declaradas indígenas. A CNA considera descabida a iniciativa da Procuradoria Geral da República (PGR) junto ao Supremo Tribunal Federal, para suspender seis mandados de reintegração, depois de já terem sido executadas 24 das 30 reintegrações que aguardavam cumprimento no Sul da Bahia. "Defendo o cumprimento da lei, mas gostaria que o mesmo tratamento fosse dado a brasileiros índios e não índios.

Em seu discurso, Kátia Abreu denunciou o tratamento discriminatório do Ministério da Justiça e da PGR, que têm desconhecido os direitos dos agricultores. "Não vamos tratar os brasileiros de forma diferente. O Ministério Público precisa estar do lado da lei; precisa defender aqueles que estão no seu direito. Não pode achar que defende apenas as minorias", reclamou a senadora. Ela destacou que a própria Polícia Federal já identificou falsos índios cooptados em favelas da região de Ilhéus para se fingirem de indígenas e participarem de invasões.

Antes do pronunciamento no Senado, ela havia sido recebida em audiência pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. "Confesso que saí muito triste e desanimada com a falta de perspectiva de uma solução para a questão indígena", afirmou da tribuna. O que mais preocupa a CNA é que, quando as decisões são favoráveis à reintegração das terras aos agricultores, como ocorreu na Bahia e no Mato Grosso do Sul, elas não são cumpridas. Nestes dois Estados, a Justiça reconheceu que não se tratava de terra indígena e, mesmo assim, as reintegrações de posse foram suspensas. Em seu discurso, a senadora lembrou que o mesmo não acontece quando a reintegração concedida favorece brasileiros não índios. Neste caso, o cumprimento é imediato.

Ela lembrou as agressões aos direitos humanos ocorridas no final de 2012 durante a desocupação da antiga fazenda Suiá Missú, no Mato Grosso. A Fundação Nacional do Índio (Funai) declarou indígena uma área de produção agrícola, com o objetivo de evitar briga com o bispo da região e preservar um assentamento da reforma agrária, este sim, localizado em terra indígena. "Mas nesta hora não apareceu nenhuma ONG de direitos humanos para defender os pequenos agricultores que foram expulsos de suas terras com uma mão na frente e outra atrás, sem nenhuma indenização", protestou a senadora, ao destacar que a história se repete

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 45./ 2014

Brasília, 12 de março de 2014.

no Maranhão. Da mesma forma, a operação de desintrusão ainda em curso, foi iniciada sem o necessário planejamento, condenando ao abandono 1.200 famílias de agricultores pobres instalados na região.